

O inimigo é outro

ENTREVISTA Os sindicatos metalúrgicos superam as divergências e se unem contra as reformas, conta Miguel Torres

A SERGIO LIRIO

Na sexta-feira 29, um feito inédito animou os movimentos sindicais. Pela primeira vez, os metalúrgicos, historicamente divididos em várias correntes ideológicas e centrais sindicais, anunciaram a unificação das negociações salariais, da convenção coletiva e de um calendário de manifestações. “A conjuntura exige nova postura”, comemora Miguel Torres, presidente da CNTM, uma das confederações nacionais de sindicatos da categoria, e vice da Força Sindical. Superar as diferenças e unir forças, acredita, é a única maneira de impedir a ampla adoção pelas empresas da reforma trabalhista.

CartaCapital: O que levou os metalúrgicos a, finalmente, unificar sua pauta de reivindicações?

Miguel Torres: É o resultado da conjuntura. Os metalúrgicos sempre tiveram divergências ideológicas, que se expressam na divisão da base por várias correntes sindicais. Todas as centrais estão representadas entre os 2 milhões de trabalhadores do setor. O momento exige, no entanto, nova postura. Durante a tramitação da reforma trabalhista no Congresso, conseguimos superar as divergências e organizar uma agenda única de mobilização. Essa união foi importante para os grandes protestos dos últimos meses, incluídas as greves gerais. Apesar de o movimento sindical não ter conseguido barrar



Torres acredita na revogação da reforma

a reforma, foi capaz de mostrar unidade.

CC: O que os metalúrgicos esperam conseguir, de agora em diante?

MT: Neste segundo semestre temos as campanhas salariais, quando se discute não apenas o reajuste, mas diversas cláusulas sociais dos contratos. Será a oportunidade de incluir nas negociações direitos retirados dos trabalhadores na reforma aprovada pelo Congresso.

CC: A maioria dos sindicalistas sempre defendeu o negociado sobre

“A reforma trabalhista foi pensada exclusivamente para atender os empresários”



o legislado, um dos pontos aprovados na reforma trabalhista. Por que mudaram de opinião?

MT: O movimento sindical não se recusa a negociar. Faz parte da nossa vida. O problema é que a reforma trabalhista gerou um desequilíbrio a favor das empresas. Não existem garantias básicas para os trabalhadores. Toda negociação, do nosso ponto de vista, precisa ser conduzida para ampliar os direitos, não para reduzi-los. Em lugares onde a base é menos organizada, os empregados se tornarão reféns do poder econômico. No momento, o negociado sobre o legislado tende a prejudicar a maior parte dos trabalhadores.

CC: A reforma entra em vigor em novembro. Como será possível enfrentar a sua implementação?

MT: Tentaremos, como disse antes,

EDU GUIMARÃES/SMABC



garantir a manutenção de direitos nas convenções coletivas. No caso de quem já assinou a convenção coletiva, a estratégia será atuar empresa por empresa. A ideia de criar essa unidade entre as centrais sindicais busca também uma reaproximação da base. Há outras questões em jogo, além das negociações salariais. Queria lembrar o episódio recente no Rio Grande do Norte que envolveu a Riachuelo, do empresário Flávio Rocha. Com o apoio da militância do chamado Movimento Brasil Livre, a Riachuelo passou a perseguir uma procuradora do Ministério Público do Trabalho, que, no seu papel de fiscal, acusou a companhia de estabelecer contratos com fornecedores que ofereciam à mão de obra péssimas condições. O relator da reforma trabalhista foi o deputado Rogério Marinho, que também saiu com unhas e

dentes em defesa do dono da Riachuelo. A reforma, provam essas conexões, foi pensada única e exclusivamente para atender aos interesses do empresariado.

CC: Por que tem sido mais difícil mobilizar a população contra a reforma trabalhista do que em relação à proposta de mudança na Previdência?

MT: A estratégia do governo e dos empresários foi muito eficiente. Eles propuseram duas reformas ao mesmo tempo. Para mudar a Previdência, é preciso um número maior de votos favoráveis de parlamentares. Enquanto a sociedade debatia a situação das aposentadorias, apresentou-se no Congresso a destruição da CLT, que necessitava de quórum menor para ser aprovada. Além disso, o trabalhador ainda não sentiu os efeitos da reforma.

CC: Os movimentos sindicais

acreditam na possibilidade de derrubar a reforma trabalhista no Congresso?

MT: Vamos resistir à aplicação da reforma trabalhista a partir de novembro, enquanto nos organizamos para tentar reverter legalmente as mudanças aprovadas pelo Congresso. Ao menos três abaixo-assinados buscam apoiadores suficientes para a apresentação de uma proposta de emenda popular que revogue a reforma. O objetivo é reunir mais de 8 milhões de assinaturas. Qual candidato à Presidência da República no próximo ano poderá ignorar um número como esse? Muitos empresários expuseram para mim o receio de adotar as mudanças diante da possibilidade de a reforma ser derrubada em um próximo governo, uma próxima legislatura no Parlamento. A promessa da reforma era acabar com a insegurança jurídica. Aconteceu o contrário. A insegurança aumentou.

CC: Quais os piores pontos da reforma trabalhista?

MT: A reforma trabalhista chegou ao Congresso com 12 pontos a serem alterados na CLT. No fim, os parlamentares refizeram ou derrubaram mais de cem cláusulas. Cito alguns absurdos. A homologação poderá ser feita na empresa, sem a assistência do sindicato ou a presença de um representante da Justiça do Trabalho. As gestantes estarão “autorizadas” a trabalhar em locais insalubres desde que tenham atestado de um médico de sua confiança. Imagine isso no Brasil. Quem tem médico de confiança? Permitiu-se a terceirização ampla, geral e irrestrita. O autônomo está autorizado a atuar em qualquer ramo da empresa, sem necessitar de registro na Previdência e na prefeitura, para pagamento de ISS. Sem falar na organização no local de trabalho, que dispensará a participação dos sindicatos. O patrão terá a prerrogativa de escolher os representantes. Fica até difícil listar os mais nefastos. •

